

A. I. N° - 279466.0417/01-8
AUTUADO - BISON INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - PAULO SÉRGIO BORGES SANTOS
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNETE- 30.07.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0240-01/02

EMENTA: ICMS. EXPORTAÇÃO. TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA ESTABELECIMENTO DA MESMA EMPRESA, PARA EXPORTAÇÃO. FALTA DE REGIME ESPECIAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Não incide o ICMS nas exportações de mercadorias para o exterior. A não-incidência aplica-se tanto nas exportações diretas como as exportações indiretas. Mas precisa ser provada a exportação, e isto não foi feito neste caso. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 25/12/2001, acusa a falta de destaque de ICMS [no documento fiscal], na saída de mercadorias com o fim específico de exportação para o exterior através de outro estabelecimento da mesma empresa, sem que tenha o sujeito passivo solicitado regime especial nesse sentido. Imposto exigido: R\$ 23.014,95. Multa: 60%.

O autuado apresentou defesa alegando que a Lei Complementar n° 87/06 estabelece que o ICMS não incide sobre a operação que destine mercadorias ao exterior, inclusive quando a exportação é efetuada através de outro estabelecimento da mesma empresa. Observa que as Notas Fiscais em questão indicam que as mercadorias têm como fim específico a exportação, conforme prevê o art. 186, I, do RICMS/BA. Argumenta que a Lei Complementar n° 87/96 não condiciona a não-incidência do tributo ao prévio credenciamento do fisco estadual. Assim, a exigência prevista no art. 582, § 2º, trata de uma obrigação acessória. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O fiscal autuante prestou informação contraponto que o RICMS/BA é bastante claro no art. 582, § 2º, I, ao prever que para o contribuinte começar a exportar de forma indireta o fisco estadual deve autorizá-lo, sendo que a empresa em apreço não tem regime especial.

Foi solicitado em diligência que o órgão preparador intimasse o sujeito passivo no sentido de que fizesse prova de que as mercadorias objeto desta autuação foram efetivamente exportadas para o exterior.

O autuado anexou cópias das Notas Fiscais 2571, 2579, 2580, 2581, 2602 e 2632 da empresa Sudes Importação e Exportação Ltda. e outros papéis, para provar a exportação das mercadorias.

VOTO

Não incide o ICMS nas exportações de mercadorias para o exterior. A não-incidência aplica-se tanto nas exportações diretas como nas exportações indiretas. Os mecanismos regulamentares de natureza formal para controle das operações constituem meras obrigações acessórias. Mas precisa ser provada a exportação.

No caso em análise, o autuado, empresa estabelecida na cidade de Serrinha, na Bahia, remeteu mercadorias para outro estabelecimento seu sito em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e não destacou o imposto nos documentos fiscais porque as mercadorias seriam destinadas a exportação.

Na fase de instrução, este órgão de julgamento determinou que mediante diligência fosse intimado o sujeito passivo no sentido de fazer prova de que as mercadorias foram efetivamente exportadas para o exterior.

Essa prova não foi feita. Nada indica que os documentos apresentados pelo autuado tenham correlação com as mercadorias de que cuidam estes autos. A empresa autuada é a Bison Indústria de Calçados Ltda., ao passo que os documentos apresentados como prova da exportação dizem respeito a terceiro, a Sudes Importação e Exportação Ltda.

Faço afinal um registro que visa apenas a orientar o contribuinte relativamente a casos futuros, quanto à descrição das mercadorias nos documentos fiscais. Nas Notas Fiscais 18872 e 18873, consta, apenas: “Calçados couro fem. ref. diversas”. Nos termos do art. 219, IV, “b”, do RICMS/BA (que repete disposição do Ajuste Sinief 3/94), a descrição dos produtos na Nota Fiscal deve conter o nome, a marca, o tipo, o modelo, a série, a espécie, a qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação. É inadmissível a “descrição” dos bens mencionando por alto tratar-se de calçados femininos de couro de referências diversas. Friso, porém, que esse fato, no presente caso, é irrelevante, pelas razões já expostas, ou seja, não foi feita a prova de que as mercadorias foram exportadas para o exterior, quer pelo estabelecimento baiano, quer por outro estabelecimento da mesma empresa sito no Rio Grande do Sul.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279466.0417/01-8**, lavrado contra **BISON INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 23.014,95**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de julho de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR